

# A constituição da gramática nacional brasileira: uma análise dos complementos verbais nas Minas setecentistas

---

## **Letícia Pena Silveira**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/FAPEMIG).  
E-mail: leticiapenasilveira@hotmail.com

## **Silmara Eliza de Paula Silva**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/FAPEMIG).  
E-mail: silmara.eliza@gmail.com

## **Sueli Maria Coelho**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/FAPEMIG)  
Professora adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora filiada ao Núcleo de Pesquisa da Variação (NUPEVAR) da Faculdade de Letras da UFMG e professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da mesma instituição.  
E-mail: sucoelho@ufmg.br

**Resumo:** Esta pesquisa investigou, seguindo os pressupostos variacionistas, a hipótese de que, no final do século XVIII, havia registros de objetos nulos, a partir de afirmativas de que no XIX o português brasileiro adquiriu características próprias. Essas configuram um indício de que a definição da gramática nacional tenha uma datação mais precoce, conforme afirma Duarte (2003). Para tanto, em documentos adamantinos setecentistas, analisou-se a frequência dos objetos, pretendendo a verificação quantitativa de registro de complementos verbais. Posteriormente, fez-se uma investigação sobre a influência do fator social, pois se acredita que pode ser influenciador. Contabilizado maior número de objetos nulos em documentos escritos pela elite da época, assume-se que a variante em questão estava se iniciando e, comparando os dados encontrados com o trabalho de Cyrino, Duarte e Kato (2006) sobre o século XIX, assume-se que a mudança encontrada enquadra-se nos moldes dos séculos posteriores, permitindo julgar a adequação da hipótese aventada.

**Palavras-chave:** Pressupostos variacionistas. Português brasileiro. Documentos adamantinos setecentistas. Complementos verbais. Gramática nacional.

**Abstract:** This study investigated, following the variation assumptions, the hypothesis that in the late eighteenth century there were records of null objects, from assertions that in the XIX century Brazilian Portuguese acquired its own characteristics. These constitute an indication that the definition of national grammar has an earlier dating, as Duarte (2003) states. Furthermore, we analyzed the frequency of objects in adamantine eighteenth-century documents. Subsequently, an investigation into the influence of the social factor was done, because it can be an influencer. A greater number of null objects in written documents by the elite of the time were accounted. Thus, it is assumed that the variant in question was starting, and comparing the data

found in the Cyrino, Duarte and Kato's (2006) work on the nineteenth century, it is assumed that the change found fits in the mold of later centuries, and it is allowed to judge the adequacy of the mooted hypothesis.

**Keywords:** Variation Assumptions. Brazilian Portuguese. Adamantine eighteenth-century documents. Verbal complements. National Grammar.

---

## 1 *Considerações iniciais*

Sabe-se que é consensual entre os estudiosos da língua que o século XIX é apontado como o período em que o Português Brasileiro (PB) adquire características próprias, em razão de algumas mudanças sintáticas no uso da língua, diferenciando-se, assim, do Português Europeu (PE). Tarallo (1996), contudo, levanta a hipótese de que tais alterações na sintaxe tenham acontecido em um momento anterior à passagem do século XIX, mas que não se consolidaram porque “as circunstâncias sociais podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta” (*ibidem*, p. 99).

Baseando-se nessa perspectiva, está em desenvolvimento na Universidade Federal de Minas Gerais um projeto financiado pela FAPEMIG<sup>7</sup>, e o estudo que aqui se apresenta é um de seus subprojetos, que objetiva a análise dos complementos verbais no *corpus* constituído por cinco documentos redigidos no Arraial do Tejuco, região de Minas Gerais, hoje Diamantina, durante o século XVIII, a saber: (i) Estatuto do Santíssimo Sacramento (1785), (ii) Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1781), (iii) Estatuto de Nossa Senhora do Amparo (1782), (iv) Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (1778) e (v) Termo de Devassa (1750).

É importante ressaltar o contexto social de escrita de cada documento, uma vez que se acredita, levando-se em conta a sociolinguística variacionista, no fato de que as questões linguísticas são entrelaçadas e, portanto, influenciadas pelas questões sociais. Dessa forma, explicita-se que os documentos (i) e (iv) foram escritos pela elite da época, sendo um impresso em Lisboa, e o outro, manuscrito, respectivamente. O documento (ii), por sua vez, foi escrito por negros que eram alfabetizados nas irmandades, enquanto que o (iii), por pardos. Esses, portanto, possuem linguagem mais informal quando comparados aos escritos pela elite cultural, apesar de o gênero textual ser o mesmo. Já o (v) é o registro de um processo judicial que diz respeito a crimes contra a religião com características inquisitórias, isto é, não assegurava o direito de defesa do acusado, terminando sempre com uma sentença do Senhor Visitador, um reverendo. Os termos eram, assim, também escritos pela elite letrada e o acusado não tinha direito de se pronunciar. Dado o teor documental e de registro da investigação, acredita-se que tais documentos fossem redigidos em linguagem mais formal.

---

<sup>7</sup> Este projeto intitula-se um “Estudo de interface entre léxico e sintaxe em documentos adamantinos setecentistas” e tem financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Processo n.: APQ-00749-12). No tocante à sintaxe, ele tem por objetivo investigar a constituição da gramática nacional, a partir da análise de quatro fenômenos sintáticos em textos adamantinos setecentistas.

Após o processo de edição dos textos, emergiu a hipótese de que a segunda pessoa (tu) já havia sido substituída pelo pronome de tratamento “você”, ou por uma de suas formas antecessoras, como “Vossa Mercê”, no século XVIII, o que passou a ser testado no desenvolvimento do projeto. Esse fator foi, então, possivelmente apontado como originário de mudanças sintáticas significativas, como a redução de sujeitos nulos e a realização de objetos nulos, conforme atestam outros estudos (CYRINO, DUARTE e KATO, 2006) que tomaram como sincronia o século XIX.

É a partir daí que este artigo tem como objetivo testar a hipótese de que, no final do século XVIII, já havia registros de objetos nulos, categoria que, segundo Cyrino (2006), se expande devido à perda seletiva na posição do sujeito nulo, aspecto que já está sendo investigado por outros auxiliares de pesquisa do projeto maior ao qual este se agrega. Acredita-se que essa característica seja um indício de que a definição da gramática nacional tenha uma datação mais precoce. Assim, testada e confirmada essa possibilidade de surgimento de marcas da gramática nacional anteriormente ao século XIX, ratificaria o que Tarallo (1996) já apontara: “o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática” (*ibidem*, p. 99). Na seção abaixo, encontra-se o referencial teórico usado para este artigo, seguido da metodologia adotada, da análise dos dados e das considerações finais.

## 2 Referencial teórico

Inúmeros trabalhos que comparam o Português Europeu (PE) com o Português Brasileiro (PB) comprovam a existência de divergências na estruturação sintática, o que diferencia as duas gramáticas. Tais estudos apontam que, a partir do século XIX, houve mudanças sintáticas significativas no PB acarretadas por mudanças no quadro pronominal de segunda pessoa, fenômenos que levaram ao enfraquecimento do sistema de concordância. Busca-se, então, verificar um possível encaixamento desse fenômeno sintático com a implementação da forma inovadora de segunda pessoa.

De acordo com Duarte (1993), os sujeitos referenciais de primeira, de segunda e de terceira pessoa são preferencialmente nulos durante todo o século XIX, conforme exemplo (1) abaixo, sendo o seu preenchimento condicionado por ênfase ou contraste e pela existência de um referente. Salvo em casos em que ocorra ambiguidade, o sujeito nulo será preferido mesmo que o referente não esteja sintaticamente acessível (2) ou se o sujeito possuir uma referência arbitrária (3)<sup>8</sup>, conforme ilustram os exemplos<sup>9</sup>:

- (1) “Quando (cv)<sub>i</sub> te vi pela primeira vez, (cv)<sub>i</sub> não sabia que (cv)<sub>r</sub> eras viúva e rica.” (1845) (grifos nossos)

---

<sup>8</sup> Essas particularidades mostram que “o PB do século XIX e princípios do século XX apresenta um comportamento compatível com o das línguas românicas de sujeito nulo como o italiano, o espanhol e o português europeu (...). Tal situação, entretanto, muda radicalmente na segunda metade do século XX, quando passam a predominar os sujeitos referenciais (definidos e indeterminados) foneticamente representados.” (Kato, M.;S. Duarte, M.E.; Cyrino, S. e Berlinck, R., 2006, p.4)

<sup>9</sup> Os exemplos de 1 a 8 foram retidos de Cyrino, Duarte e Kato (2006).

- (2) “Se **o**<sub>i</sub> encontrarem, dêem-**lhe**<sub>i</sub> uma boa arrojada e levem-**no**<sub>i</sub> preso. (cv) Há de me pagar.” (1845) (grifos nossos)
- (3) “No fundo a fortuna é para quem sabe adquiri-la. (cv) **Pintam**-na cega... Que simplicidade!” (1845) (grifos nossos)

Já o objeto nulo, conforme Cyrino (1993, 1997), sempre ocorreu na língua, mas, com o passar dos anos, apresentou um aumento significativo. Essa mudança partiu da posição nula cujo antecedente fosse proposicional (4), seguindo-se a posição nula com antecedente predicativo (5) e, por último, o objeto nulo com um NP [-específico] como antecedente (6), conforme exemplos abaixo:

- (4) “Também satirizaras, se souberas (cv).” (1665-1690) (cf. *se o souberas*) (grifos nossos)
- (5) “Eu inda agora não creio  
Que he verdade este amor  
Mas praza a Deos, se assim for (cv).” (157?) (cf. *se assim o for*) (grifos nossos)
- (6) “Um retrato<sub>i</sub> pedi da vossa cara  
Porém é para mim coisa mui rara  
Que logo ao prometer (cv)<sub>i</sub> me propusestes  
Condições que observei como quisestes.” (1655-1690) (grifos nossos)

Conforme Cyrino, Duarte e Kato (2006), no século XIX já se observa o objeto nulo com as características que apresenta no século XX, característico do PB, assim como uma alta incidência de objetos nulos no século XX.

Tarallo (1985), em alguns de seus estudos, trata sobre a diminuição de categoria vazia na posição de sujeito, relacionando-a com o aumento na posição de objeto. O que intriga os pesquisadores, porém, é como esse fenômeno está correlacionado, já que sujeito nulo e objeto nulo não fazem parte do parâmetro de variação. Cyrino, Duarte e Kato (2006), com o objetivo de resolver tal questão, concluem que a referencialidade tem uma relevância altamente translinguística na pronominalização. Para essas autoras, um fator importante na seleção de uma variante nula ou não nula, em línguas que podem optar por uma ou por outra estrutura, é o estatuto referencial do antecedente. Assim, na hipótese das mesmas, argumentos [+N, +humano] estão no extremo mais alto na *hierarquia referencial*, conforme ilustra o exemplo (7), enquanto não argumentos estão na posição mais baixa. A partir dessa generalização, as autoras propõem a hipótese do *mapeamento implicacional*, que determina que quanto mais referencial maior a possibilidade de um pronome não nulo, conforme ilustra o exemplo (8), e que uma variante em um ponto específico da escala implica uma variante nula à sua esquerda, na hierarquia referencial.

- (7) “Se **eu** ficasse aqui **eu** ia querer ser a madrinha.” (grifos nossos)
- (8) “Já viu que o nosso cinema virou club<sub>i</sub>... E o burro... que limpe (cv)<sub>i</sub> depois!” (grifos nossos)

Observe que em (7) temos um sujeito referencial foneticamente representado e com um traço [+humano], estando, assim, mais à direita na hierarquia referencial. Além disso, de acordo com a hipótese do mapeamento implicacional, essa maior possibilidade de referencialidade do pronome “eu” indica uma maior possibilidade de um pronome não nulo, conforme atestado pelo exemplo (7). Já no exemplo (8), tendo o objeto “club” um traço [-humano], registra-se um objeto nulo.

O resultado do trabalho apresentado pelas autoras mostra que, com a perda do clítico de terceira pessoa, o português brasileiro adquiriu o objeto nulo referencial e que, apesar de processos independentes, eles parecem ter sido guiados pela hierarquia referencial e pelo mapeamento implicacional exemplificados acima.

Segundo Tarallo (1993), diversas mudanças dramáticas ocorreram no português brasileiro no final do século XIX, estabelecendo-se uma gramática diferente da gramática de Portugal, fato reforçado pelo trabalho de Cyrino, Duarte e Kato (2006), apresentado acima. Encontraram-se, no entanto, indícios no *corpus* adamantino de que essas mudanças já ocorriam anteriormente na escrita, o que representa um ganho para as pesquisas linguísticas e para a história e que também dá início a um processo de resignificação tanto da língua quanto do saber que se tem sobre ela. É o que se tentará mostrar a partir de então.

### 3 Descrição da metodologia adotada

De acordo com a proposta inicial deste trabalho, que foi investigar a presença (ou não) do objeto nulo no século XVIII, fez-se a separação e a análise quantitativa, utilizando regra de três simples para calcular o percentual de frequência em relação ao número total de ocorrências de todos os objetos encontrados nos documentos. Essa etapa objetivou a verificação de qual documento apresentava um maior ou menor registro de objetos. A partir daí, foram separados esses objetos em plenos e nulos, conforme exemplos abaixo, retirados do *corpus*. Dentre os plenos, destacaram-se os que eram sintagma nominal (9), pronome oblíquo (10), pronome relativo (11), sintagma verbal (12) e sintagma oracional (13). Uma análise pormenorizada dessas subcategorias de objeto pleno não foi contemplada neste artigo, mas está sendo desenvolvida por outros pesquisadores do projeto.

(9) “(...)Vezitador aadmoestou emprimeiro Lasso deCon  
cubinada naforma dosagrado Concilio Terdenti  
no para que detodo Largasse **ai Licita Comonica**  
**cão** que tem Com João deMadoreira morador  
nas escadinhas destrito deste aRaal(...)” (grifos nossos)

(10) “(...) Termo efoi notificado paraquenotermo de  
trinta dias Compena de ExCominhão major pa  
ra **se**Livrar perante oReverendo Doutor Viga  
rio geral Geraldo Joze aBranches(...)” (grifos nossos)

(11) “(...) Concilio Terdentido para que deto

do Largasse ai Licita Comonicação **que** tem Com  
Simão Pereirapardo ecazado morador nesteara  
al para que Comelle não t[r]ate nem Conversseem (..)" (grifos nossos)

(12) "(...) odito Reverendo Doutor Vezitador oadmoestou paternal  
mente para que não uzasse **deCurar ebenzer** e[porfim]  
deseemcom[e]ndar aDeos (...)" (grifos nossos)

(13) "(...) o Reverendo Doutor admoestou aodi  
to escravo eseu senhor paternalmentepara que  
não concinta **queodito seu escravo** ande mal  
encaminhado Comhua negra mina forra porno  
meRoza Maria (...)" (grifos nossos)

Após a análise quantitativa, foi feita uma segunda análise para verificar se o fator social seria uma variável importante a ser considerada.

Já os objetos nulos foram separados em duas subcategorias: anafóricos (14) e não anafóricos (15), conforme exemplos abaixo:

(14) "Comellenão trate nem **consinta**emsua Caza" (grifos nossos)

(15) "pois esta apergoadaparaser**receber** dequelhe Concedeu oReverendoDou-  
tor" (grifos nossos)

Após essas separações, foi feita uma comparação com o trabalho de Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006), a fim de verificar se, a partir do que foi encontrado pelas autoras no século XIX, o século XVIII já apresenta características próprias do Português Brasileiro. Para a análise dos dados, levou-se em conta o contexto histórico-social dos termos e dos estatutos, já que eles apresentam peculiaridades consideradas importantes para a análise dos dados e que podem ser indícios importantes para interpretar o percurso da mudança.

#### ***4 Apresentação e análise dos dados***

A análise será desdobrada em duas subseções. Na primeira, ater-se-á primordialmente ao critério da frequência do objeto nulo em cada documento analisado, levando em consideração a relação com a frequência do objeto pleno e também com os aspectos sociolinguísticos. A segunda parte, por sua vez, focará a análise do *corpus*, comparando os exemplos com o trabalho de Cyrino, Duarte e Kato (2006), com o objetivo de examinar se, a partir do que essas autoras afirmaram para o século XIX, o que foi encontrado no século XVIII pode ser interpretado como uma mudança nos mesmos moldes, o que permitirá julgar a adequação da hipótese aventada.

#### 4.1 Frequência do objeto nulo

Computando todos os objetos nulos dos cinco documentos adamantinos do século XVIII analisados, chegou-se a um total de 5345 ocorrências. Os números absolutos e percentuais obtidos encontram-se dispostos na tabela 1, abaixo:

**TABELA I:** Computo final dos complementos

<b>Documento</b>	<b>Objeto Pleno</b>	<b>Objeto Nulo</b>	<b>Total Parcial</b>
Estatuto do Santíssimo Sacramento	104 (21,20%)	387 (78,80%)	491
Estatuto de Nossa Senhora das Mercês	347 (79,22)	91 (20,78%)	438
Estatuto de Nossa Senhora do Amparo	317 (82,33%)	68 (17,67%)	385
Estatuto de São Francisco de Assis	546 (16,33%)	1773 (83,67%)	2319
Termo de devassa	1547 (90,36%)	165 (9,64%)	1712
<b>Total geral</b>	<b>2861 (53,52%)</b>	<b>2484 (46,48%)</b>	<b>5345</b>

**Fonte:** Dados coletados

Como é possível notar, apesar de ser em menor número, já são observados objetos nulos no século XVIII, que totalizam 46,48% em oposição a 53,52% em relação àqueles que aparecem foneticamente preenchidos. Dessa forma, esses dados atestam a hipótese inicial de que no final do século XVIII já havia registros de objetos nulos, fato que, conseqüentemente, se caracteriza como um indício de que a definição da gramática nacional tenha uma datação mais precoce do que o século XIX. Isso acontece devido ao fato de que, de acordo com Cyrino, Duarte e Kato (2006), o objeto nulo sempre foi possível na história do PB, porém nos últimos séculos vem ocorrendo um aumento significativo na ocorrência desse complemento, afastando-se do Português Europeu.

O Estatuto do Santíssimo Sacramento, juntamente com o Estatuto de São Francisco de Assis – documentos os quais foram escritos pela elite cultural da época – quando comparados aos outros, são os que somaram o maior número de objetos nulos, sendo 78,80% e 83,67%, respectivamente. Além disso, quando analisados em relação aos preenchidos, esses documentos também são os que contabilizam maior porcentagem de nulos (78,80% e 83,67%, respectivamente) do que de plenos (21,20% a 16,33%, respectivamente).

Apesar de possuírem menor número de objetos nulos que plenos, os documentos escritos por negros e pardos, o Estatuto de Nossa Senhora das Mercês e o Estatuto de Nossa Senhora do Amparo, respectivamente, ainda apresentam um número considerável de objetos nulos, 20,78% e 17,67%. Esses dados relativamente baixos mostram que a mudança está começando nessa classe, ao passo que, na elite, os dados mostram um resultado bem diferente, demonstrando que o fenômeno estava mais consolidado nesta classe social.

O termo de devassa, como já dito, foi escrito pela elite cultural da época, porém, diferentemente dos outros escritos por membros do mesmo nível social, o documento apresentou tanto o maior número de plenos (90,36%), quanto o menor número de nulo (9,64%). Isso acontece porque esse era um documento oficial que devia primar pela clareza e, portanto, seus padrões de uso aproximam-no dos documentos das classes não letradas. Assim, é demonstrado que o emprego dos objetos nulos só era feito no período por quem tinha domínio da escrita, capaz de evitar a ambiguidade; aqueles que não eram tão hábeis escritores optavam por explicitar o objeto.

Um fato interessante a se levar em conta é a relação entre o momento histórico em que se vivia no século XVIII com esse processo de constituição dessa nova norma culta. Segundo Resende (s.d.), com a descoberta de minerais preciosos nas Minas Gerais, o polo das riquezas do Brasil deslocou-se para o Sudeste. Além disso, o final do século XVIII foi marcado por movimentos de independência em Minas Gerais e, nesse mesmo século, Diamantina teve a maior lavra de diamantes do mundo ocidental, fato econômico importante para a criação de uma identidade nacional. Toda essa movimentação econômica e, conseqüentemente linguística, contribuiu para o crescimento do sentimento de nacionalidade, o que teria ocasionado a constituição dessa norma. Notou-se também uma diferença de uso entre os documentos, o que sinaliza uma diferença de gramática entre eles que é motivada por fatores sociais, mas tais aspectos não foram aprofundados neste trabalho.

#### 4.2 Comparação dos dados

De acordo com os estudos de Cyrino, Duarte e Kato (2006), o objeto nulo no século XIX aparece com as mesmas características que apresenta no século XX – a presença de objeto nulo é favorecida por um antecedente com traço [-humano] – sendo, portanto, considerado o objeto nulo característico do PB. Por esse motivo, as autoras também afirmam que a mudança da gramática nacional ocorreu na passagem do século XVIII para o século XIX. Esse traço semântico não será, porém, desenvolvido neste artigo, uma vez que nesta etapa do trabalho esse dado ainda não foi analisado, ficando para futuros trabalhos, que poderão ser guiados pela investigação dos exemplos do *corpus*, como:

(16) “Averá em cada hum anno huma festa no dia proprio de Nossa Senhora das Mercês cahindo este dia em algum dia Santo, e do contrario **se fará** em dia Santo que se determinar em Meza” (grifos nossos).

(17) “cujas esmolas entregarão Logo ao Tezoureiro, cobrando dele recibo para **apresentar** em Meza” (grifos nossos).

Nesses, os verbos destacados apresentam objeto nulo em que o antecedente apresenta o traço [-humano].

Como comparação ao trabalho das autoras citadas, este artigo limitou-se apenas ao estudo comparativo quantitativo. Segundo dados encontrados por elas para os séculos XIX, haviam sido contabilizados 17% de objetos nulos e, para a segunda metade do século XVIII, as autoras encontraram 24% dos dados para esse objeto. Diferentemente,

este trabalho encontrou 46,48%, sugerindo que nesses dados contabilizados o processo está um pouco mais avançado do que fora encontrado para os séculos posteriores. É importante, no entanto, salientar que essa comparação não deve ser considerada a mais importante, já que os *corpora* não têm o mesmo tamanho. Além disso, o *corpus* dos dois trabalhos não contemplou a mesma quantidade de itens lexicais. Dessa forma, a mudança encontrada, quando se teve como foco apenas o século XVIII, se enquadrou nos mesmos moldes que dos séculos posteriores, o que permite julgar a adequação da hipótese aventada, com as ressalvas aqui pontuadas, as quais poderão ser, num estágio futuro da pesquisa, sanadas por meio de testes de significância estatística. Por ora, contentamos com a apresentação de nossa hipótese, bem como dos resultados preliminares que a endossam.

### 5 Conclusão

Com o objetivo de verificar a existência de objeto nulo no século XVIII e de testar a hipótese de que a constituição da gramática nacional se deu neste mesmo século e não no século XIX, conforme previa os teóricos, empreendeu-se um estudo de natureza sincrônica em cinco documentos adamantinos setecentistas. Constatou-se, por meio da análise dos dados obtidos, que, na região de Diamantina, no século XVIII, já havia o uso do objeto acusativo nulo, característica linguística que distinguia a gramática do PB da gramática do PE.

Com os dados apresentados e através da correlação feita com os trabalhos já existentes nesse campo de pesquisa, constatou-se que o PB já se apresentava com uma gramática própria no século XVIII e não no século XIX, conforme previa a literatura consultada, que teve grande importância para os avanços da pesquisa em questão. Observou-se, no século XVIII, o objeto nulo já com as características que apresenta nos séculos XIX e XX. Os dados relativamente altos nos documentos redigidos por classes sociais mais elevadas indicam que o fenômeno estava mais consolidado nesta classe social, atestando, mais uma vez, a intrínseca relação entre língua e sociedade e a motivação sócio-histórica da mudança linguística.

### Referências

CYRINO, Sônia M.L.. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 163-181, 1993.

CYRINO, Sônia M.L.. *O objeto nulo no português do Brasil – um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1997.

DUARTE, Maria E.L.. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 107-127, 1993.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L.; CYRINO, S.; BERLINCK, R.. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; SILVA, Rosa Virginia Matto (orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística no Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia. p. 413-438, 2006.

RESENDE, Marcelo José Bessa de. *Joia da Coroa Portuguesa*. Disponível em <http://www.idasbrasil.com.br/idasbrasil/cidades/diamantina/port/historia.asp>, acessado em 23 de junho de 2014.

TARALLO, F.. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In. ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 69-105.